

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



A primeira turma de monitores do Favela Turismo

"Eu só quero é ser feliz"

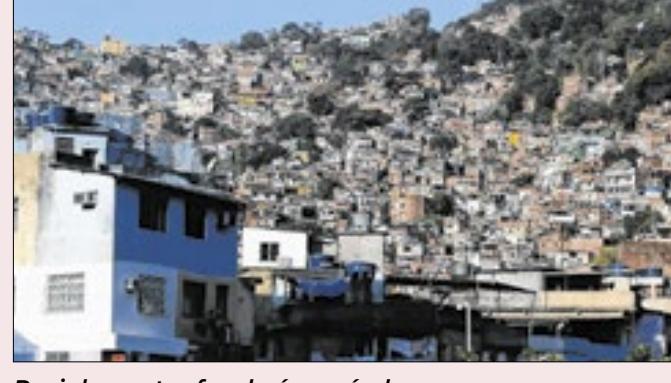
"Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci". O "Rap da Felicidade", de Julinho Rasta e Kátia, famoso nas vozes de Cidinho e Doca, tornou-se uma espécie de clássico moderno não apenas pela sua qualidade. Mas pela forma como aborda um sentimento que abrange a imensa maioria das pessoas que moram nas comunidades mais pobres,

300 turistas

Criado há quatro anos, o projeto Favela Turismo já levou mais de 300 turistas em visitas à Rocinha, Vidi gal e PPG. Há dois modelos: um tour a pé pelas ruas dos dois morros, que dura cerca de duas horas, e outro na garupa de motocicletas, de duração mais curta.

Sem incidentes
Até agora, não se registrou um incidente sequer. O projeto é a constatação de que pode haver um outro mundo possível. No qual, como diz o "Rap da Felicidade", o morador da favela pode "se orgulhar" de mostrar onde vive, com "a consciência de que o pobre tem seu lugar".

Fernando Frazão/Agência Brasil



Rocinha: outra favela é possível!

Visitas foram canceladas após a operação

Em conversa com o Correio Político, Renan Monteiro, porém, admite os prejuízos que a situação de violência no Rio provoca. "Infelizmente, depois da operação diversos passeios foram cancelados", conta. "Felizmente, porém, estamos já voltando à normalidade", confia. "É difícil convencer um turista que não conhece a ci-

dade que aqui é diferente do Alemão e que as favelas aqui são pacíficas", diz Renan. "Se uma situação como essa afeta a economia e as atividades da cidade inteira, imagine-se o que acontece nas favelas". Renan explica que os passeios são o tempo todo monitorados, com diversos pontos de apoio para atender ao visitante.

Curso

Na próxima quarta-feira, 5 de novembro, haverá o encerramento do curso da primeira turma de condutores de turismo na Rocinha, Vidi gal e PPG. O evento será às 10h, no M irante da Rocinha. O curso dos monitores teve apoio do Sebrae e da Secretaria de Turismo do Rio.

Cultura

"Essa formação representa a valorização do saber e da cultura local", diz Renan. "São os próprios moradores conduzindo visitantes por suas ruas, contando suas histórias e mostrando o verdadeiro rosto das favelas. É geração de renda e orgulho comunitário".

Sebastião

Na linha do samba, a única parceria dos grandes poetas Aldir Blanc e Paulo Cesar Pinheiro, com Moacyr Luz, assim cantava em "Saudades da Guanabara": "Brasil, tira as flechas do peito do teu padroeiro, que São Sebastião do Rio de Janeiro ainda pode nos salvar". É possível.

Visitantes

O que os visitantes fazem não é uma aventura pela "selva". Mas um mergulho no cotidiano de gente honesta e trabalhadora, vivendo a sua rotina. Com as vistas maravilhosas que só o Rio de Janeiro proporciona. Essa é a ideia que se quer ver prevalecer.

Debates sobre segurança pública podem mirar 2026

Governo e Congresso correm com medidas sobre tema

Por Gabriela Gallo

As repercussões diante da Megaoperação das forças de segurança do Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho (CV) – deflagrada nesta terça-feira (28) e que resultou em ao menos 130 mortos incluindo quatro policiais – trouxeram à tona uma urgência na discussão sobre a segurança pública no país. Nesta quinta-feira (30), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a Lei 15.245/2025, que visa fortalecer o combate ao crime organizado, alterando o Código Penal, tipificando novas modalidades de crimes e aumentando a proteção a agentes públicos. O projeto era de autoria do senador Sergio Moro (União Brasil-PR).

Além disso, o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), comunicou que instalará na próxima terça-feira (4) a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o crime organizado na Casa. Por meio de suas redes sociais, o senador destacou que a CPI irá apurar a estruturação, a expansão e o funcionamento do crime organizado, com foco na atuação de milícias e facções.

Ainda no Congresso Nacional, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou nesta quinta-feira que a Proposta de Emenda à Constituição que cria o Sistema Único da Segurança Pública (PEC 18/2025) deve ser votada na Casa até a primeira quinzena de dezembro. Após reunião entre Motta e o relator da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), e o presidente da comissão, Paulo Azi (União Brasil-BA), ficou acordado que o parecer da proposta será entregue no dia 4 de dezembro. Caso não haja pedido de vista, o texto deve seguir para o plenário da Câmara no dia 6 de dezembro.

O especialista em segurança pública ainda destacou que "políticas públicas eficazes contra o crime organizado precisam combinar diferentes frentes de atuação".

O estrangulamento econômico das facções, com foco em rastrear e bloquear suas fontes de financiamento, é uma medida decisiva para enfraquecer sua capacidade de operação. Ao mesmo



Segurança será um dos principais pontos de debate nas eleições do ano que vem

Do contrário, a votação deve ocorrer em 11 de dezembro.

Superar barreiras

Ao Correio da Manhã, o professor de Segurança Pública do Ibmc Brasília Fagner Dias detalhou que, ao avançar nos debates em políticas públicas eficientes para melhorar a segurança pública, é necessário "reconhecer que a segurança pública não se resume a operações ou ao endurecimento penal (apesar de também ser importante)".

"É preciso superar as barreiras entre os governos federal e estaduais, criando uma atuação coordenada, com base em inteligência integrada, tecnologia e compartilhamento de informações. Esse modelo de cooperação é essencial para desarticular redes criminosas que atuam de forma interestadual e transnacional, aproveitando-se justamente da fragmentação institucional do Estado brasileiro", detalhou Dias.

O especialista em segurança pública ainda destacou que "políticas públicas eficazes contra o crime organizado precisam combinar diferentes frentes de atuação".

O estrangulamento econômico das facções, com foco em rastrear e bloquear suas fontes de financiamento, é uma medida decisiva para enfraquecer sua capacidade de operação. Ao mesmo

tempo, é urgente reformar o sistema prisional, rompendo a lógica de fortalecimento das facções dentro das penitenciárias e recuperando a função ressocializadora do cárcere", ele completou.

2026

Na atual conjuntura política, grande parte das ações dos poderes Executivo e Legislativo já miraram a corrida eleitoral do ano que vem. E com o debate acerca da segurança pública federal, a previsão é que o tema seja um dos principais tópicos de discussão entre aqueles que vão disputar cargos políticos. Ao Correio da Manhã, o professor de Ciência Política do Ibmc Brasília Jackson De Toni afirmou que, "em 2026 a segurança pública deve ocupar papel central no debate político".

"A megaoperação no Rio de Janeiro reacendeu críticas da oposição, que tenta associar o episódio à falta de controle do governo federal sobre o crime organizado.

Lula, por sua vez, tende a usar o discurso de fortalecimento institucional – simbolizado pela nova lei sancionada e pela CPI do crime organizado – para mostrar ação e liderança. A disputa narrativa será intensa: enquanto adversários falarão em omissão, o Planalto buscará reforçar a imagem de um Estado mais forte e centralizado no combate ao cri-

me", avaliou Jackson De Toni.

Para a reportagem, o professor do curso de Relações Internacionais do Ibmc Belo Horizonte Adriano Cerqueira ponderou que as discussões sobre as medidas necessárias para melhorar a segurança pública tendem a ser diferentes quando avaliadas por um campo mais voltado à direita conservadora em comparação a uma esquerda progressista. "A esquerda tem uma visão ideológica de que a criminalidade é uma questão estrutural e que a solução é investir em políticas públicas de educação, saúde, que são medidas que têm um resultado de longo prazo. Enquanto que a oposição conservadora entende que a criminalidade é uma questão mais moral, em que há indivíduos que optam por esse estilo de vida e investem contra pessoas inocentes e, portanto, a criminalidade tem que ser combatida de forma firme", ele detalhou.

"Em termos eleitorais, costuma funcionar melhor essa postura da direita, porque dá uma resposta rápida. Eu entendo que, no enfrentamento da insegurança pública crônica no Brasil, a visão conservadora tem uma vantagem eleitoral muito grande em relação a essa visão da esquerda. E, se o assunto de violência e insegurança for um dos temas dominantes ano que vem, Lula vai ter problemas", completou Cerqueira.

Mauro Cid começa a cumprir pena por tentativa de golpe

Por Sabrina Fonseca

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, na quinta-feira (30), que o tenente-coronel e ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) Mauro Cid comece a cumprir pena de dois anos por tentativa de golpe de Estado em regime aberto. Ele já cumpriu dois anos e quatro meses de prisão e algumas medidas cautelares.

A decisão de Moraes também permite que Cid retire a tornozeleira eletrônica. Cid deverá se apresentar à Justiça na segunda-feira (3) para isso. Mas ele continuará proibido de sair do Distrito Federal e do Brasil. O ex-ajudante de Bolsonaro também precisará cumprir recolhimento domiciliar das 20h às 6h e integralmente aos fins de semana. Além disso, não poderá portar armas, usar redes sociais e nem se comunicar com outros réus envolvidos na trama golpista.

No despacho, Moraes também determinou que a Polícia Federal (PF) mantenha esquema de segurança para Cid e seus familiares, medida que consta como parte do acordo de delação premiada que auxiliou na redução da pena.

A sentença que tornou a condenação de Cid definitiva foi certificada pelo STF após não haver novos recursos por parte



Colaboração reduziu a pena imposta a Mauro Cid pelo STF

da defesa. A defesa de Mauro Cid alega que os períodos de prisão processual e medidas cautelares já cumpridos deveriam contar para o abatimento da pena imposta.

Mauro Cid

Mauro Cid ficou nacionalmente conhecido por sua atuação como ajudante de ordens do governo de Bolsonaro durante todo o mandato, entre 2019 e 2022. Após deixar o cargo com o fim do governo, passou a ser investigado em diversas frentes pela Polícia Federal.

Entre as principais, estão: caso das joias sauditas; cartões de vacinação falsos e tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022, na qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito.

Em maio de 2023, Mauro

Cid foi preso preventivamente no inquérito que apura a falsificação de certificados de vacinação. Durante a prisão, decidiu colaborar com as investigações e firmou um acordo de delação premiada com a Polícia Federal, homologado pelo ministro Alexandre de Moraes. Cid é o primeiro do núcleo crucial a começar a cumprir pena.

Com a delação, Cid obteve liberdade condicional, passando a usar tornozeleira eletrônica e a cumprir outras restrições.

Núcleo 1

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento dos recursos apresentados pelas defesas dos réus do chamado "núcleo 1", grupo investigado por envolvimento em uma suposta tentativa de golpe de

Estado. Entre os acusados estão Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e 3 meses que responde por crimes como organização criminosa e tentativa de abolir o Estado democrático de direito.

As defesas pedem a revisão das decisões anteriores, argumentando que houve irregularidades nos processos e que as condenações deveriam ser anuladas ou revistas. No entanto, a tendência entre os ministros da Primeira Turma é de rejeitar os recursos, mantendo as decisões já proferidas.

Réus

Os réus pertencentes ao "núcleo 1", conhecido como o grupo crucial da trama golpista são: Alexandre Ramagem, deputado federal e ex-presidente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Almir Garnier, almirante de esquadra que comandou a Marinha no governo de Bolsonaro; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro; Augusto Heleno, ex-ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) de Bolsonaro; Jair Bolsonaro, ex-presidente; Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro; Paulo Sérgio Nogueira, general e ex-ministro da Defesa de Bolsonaro; e Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil no governo de Bolsonaro, candidato a vice-presidente em 2022.